

Considerações finais

Chantal Medaets

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MEDAETS, C. Considerações finais. In: *"Tu garante?"*: aprendizagem às margens do Tapajós [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020, pp. 223-233. Entremeios series. ISBN: 978-65-5725-026-6.
<https://doi.org/10.7476/9786557250402.0009>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar dos costumes dos “outros” não deixa de ser a ocasião de trazer à consciência ou de reafirmar os nossos próprios. Depois de ter descrito as práticas de transmissão e de aprendizagem dos moradores de três comunidades no Tapajós, e de ter apresentado como os moradores pensam sobre elas, ou seja, o que dizem a respeito de como aprendem ou transmitem, pareceu-me oportuno, à guisa de conclusão, apresentar alguns comentários sobre práticas educativas que consideram como diferentes das suas. “Aqui, a gente não faz assim”, afirmavam alguns dos moradores da região, contrapondo seus hábitos ao que observaram numa aldeia Munduruku do Alto Tapajós, entre pessoas originárias de São Paulo morando em Santarém, ou, ainda, em personagens de uma novela.

Meu objetivo não é, naturalmente, trazer qualquer informação a respeito dos índios Munduruku, das famílias de São Paulo ou de personagens de novelas e suas práticas educativas, alvo da crítica dos meus interlocutores. O que pretendo, através da descrição desse posicionamento espontâneo de moradores da região diante do que percebem como diferente do que eles mesmos fazem, é jogar luz, sob um ângulo novo, sobre suas próprias práticas, que já foram descritas ao longo do livro. Confrontarmo-nos com a diferença nos incita, muitas vezes, a deixar mais claros nossos valores ou a formular explicitamente o que pensamos. Afirmamos então preceitos que não careciam ser ditos na ausência de contraste. É o que aconteceu com os comentários que apresento a seguir. Eles me permitem, assim, mostrar de uma outra maneira ou aprofundar pontos que vim elaborando ao longo do trabalho.

OS MUNDURUKU E A FALTA DE “CABRESTO”

Dilanmar (34 anos), morador de Pinhel, foi professor primário durante um ano letivo entre os Munduruku do Alto Tapajós e conserva lembranças marcantes daquele período. “Eles são umas pessoas, olha... são diferentes.” Se o jovem professor admirava, por exemplo, o que percebia como “coragem” dos índios ao queimar suas próprias malocas e reconstruir a aldeia em outro local para evitar a propagação do surto de gripe (história que escutou entre eles), a maneira com que os Munduruku educavam seus filhos surpreendeu-o negativamente. Ele relata que os castigos físicos e mesmo as repreensões verbais eram raríssimos, o que Dilanmar associava a uma “falta de cuidado”:

Olha, os pais, lá, não ralham a criança, não. Se a criança fizesse alguma malinagem, eles iam é rir. Não batiam, não ralhavam. Ali é tudo no bruto mesmo, é criança rolando no chão, vivem tudo cheia de terra. Os pais não têm esse cuidado que nem a gente tem aqui. É muita liberdade. Criança, cachorro, galinha, tudo correndo no meio de todo mundo.

Vimos no capítulo 1 como os moradores do Tapajós associam disciplina a cuidado. Nas comunidades em que trabalhei, os pais não costumam deixar as crianças ficar “de carreira [correndo] no meio das pessoas”, ou ainda brincar de maneira a se sujar “demais” de terra. Aqueles que permitem que seus filhos façam isso são duramente criticados por outros adultos e por crianças também. Não é de se estranhar, portanto, que Dilanmar desaprove essa postura dos pais Munduruku, que ele julga ser de “muita liberdade”. No Tapajós, a disciplina (os ralhos constantes, e as punições) é considerada fundamental, tanto para o bem da criança (é prova de cuidado, de amor, “quem não liga, deixa a criança fazer o que quiser por aí...”) como para garantir a tranquilidade dos pais e ajudar a estabelecer e manter o res-

peito das crianças em relação a eles. Os pais que não conseguem impor essa ordem disciplinar são considerados “relaxados” ou “sem sentimento”.

Assim, ralar e até mesmo bater (dentro de certos limites, como vimos) são provas da implicação parental na educação dos filhos, de que os pais “se importam” com eles. No Tapajós, os pais que não conseguem impor essa ordem disciplinar a seus filhos, aqueles que, nas palavras de dona Neusa (65 anos), não sabem “colocar cabresto” nas crianças, são duramente criticados.

É interessante notar, nesse sentido, a forma como os moradores pensam a atuação do Conselho Tutelar. Criados em 1990 junto com o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares são órgãos municipais cuja função, em princípio, é zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, recebendo e encaminhando, entre outras, as denúncias de maus-tratos de crianças por parte de seus pais ou responsáveis. Uma das funções do Conselho Tutelar seria, assim, a de controlar o uso *excessivo* de punições corporais de pais ou responsáveis sobre seus filhos. No Tapajós, não entanto, não é raro ouvir ameaças de “chamar o conselho” para vir punir pais que, ao contrário, não castiguem *o suficiente* seus filhos, ou, em todo caso, pais que não consigam disciplinar os filhos a contento: “Esses aí, eles não conseguem mais dominar os filhos, vamos ter que chamar o conselho!” Também se pode ameaçar as próprias crianças com uma eventual vinda do “conselho”. Ao ver um grupo de meninos passando correndo perto de sua casa, seu Calistro (72 anos) comenta em voz alta: “Deixa que uma hora o conselho vem aqui e leva vocês tudinho!” Embora eu não saiba de nenhuma visita efetiva do Conselho Tutelar em Pinhel ou Parauá, esse órgão parece ser pensado pelos moradores como uma espécie de polícia, que poderia vir punir as crianças “desobedientes” e seus pais. Uma situação similar foi observada entre grupos populares em São Paulo (Khattar, 2019) e Porto Alegre (Ribeiro, 2010).

PAI E FILHO DE NOVELA

A importância que os moradores das comunidades atribuem a esse dever de obediência dos filhos (de qualquer idade) aos pais é igualmente perceptível nas reações suscitadas por uma cena da telenovela *Insensato coração*, transmitida pela Rede Globo em 2011. Não era comum que os moradores das comunidades comentassem episódios das novelas a que assistiam, mas esse capítulo, em que um filho enfrentou seu pai, suscitou uma viva reação. O pai, Horácio (interpretado pelo ator Herson Capri), era um dos vilões da novela, um banqueiro corrupto que acabara de ser desmascarado e detido pela polícia. O filho, Rafa (interpretado por Jonatas Faro), um rapaz de pouco mais de 20 anos de idade, idealista e “certinho”, tinha até então defendido o pai, acreditando em sua inocência. Mas, diante das provas irrefutáveis da culpa do banqueiro tornadas públicas durante o julgamento, o rapaz muda de atitude. Em uma visita ao pai preso, o filho expressa então sua decepção e raiva, chama o pai de “bandido” e diz, no tom dramático característico das novelas, que jamais será seu “cúmplice”. Essa reviravolta é visivelmente apresentada como legítima no desenrolar da trama: ela marca a liberação do jovem do poder de um personagem malvado e sem escrúpulos, e exhibe uma punição (a prisão e as injúrias do filho) justificadamente infligida a um dos vilões da história.

Meus interlocutores, entretanto, não concordaram com essa posição: “Esses jovens, olha, não têm mais respeito... Tu viu ontem na novela, aquele moleque com o pai?”, comentou Celeste (51 anos) espontaneamente, sem que eu ou outra pessoa tivesse mencionado a novela ou algum assunto que lembrasse a cena. Questionei-a então: “Mas aquele pai era muito ruim, não era?”, e Celeste retorquiu: “É... Mas é o pai dele.” Outros comentários que ouvi nos dias seguintes iam no mesmo sentido: mesmo os moradores reconhecendo o mau caráter do pai, acha-

vam injustificável a atitude do filho. Afrontar e acusar daquela maneira o pai, por mais culpado que este fosse, lhes parecia um verdadeiro despropósito.

OS INSENSATOS ELOGIOS DO PESSOAL DO SUL

Em 2010, Daísa (28 anos) trabalhava como diarista em Alter do Chão na casa de um jovem casal originário de São Paulo, Raquel (31 anos, dona de casa) e Alexandre (34 anos, funcionário público), pais de Ada (1 ano e meio). Daísa assistia, portanto, às interações quotidianas entre o casal e a sua filha, e a atitude dos pais paulistanos não lhe parecia razoável. Ela considerava que os pais escutavam demais as vontades de Ada e que a menina os transformava praticamente em seus “escravos”.

Porque a criança, Chantal, é igual um bichinho, tem que ir acostumando desde pequeninho. Se toda hora que ela chora, [a gente] dá o colo, ela acostuma. Se sair pra passear e ir no rio todo dia, ela acostuma também. Aí depois o pai e a mãe ficam escravos da criança. Olha a Ada, é o que acontece ali. Outro dia ela queria brincar com a lata de azeite. Pra não dar a [lata] cheia, a Raquel foi atrás de uma vazia. Depois era só a Ada jogando essa lata e a Raquel pegando. E é todo tempo assim, o Alexandre e a Raquel pegando brinquedo que a Ada joga no chão. Agora eu me pergunto, por que eles não deixam ela procurar outra coisa, assim, por ela mesmo? Eu faço isso e dá benzinho.

Vemos a vontade de Daísa de deixar a criança se virar um pouco sozinha e, sobretudo, de não permitir que ela ocupe todo o tempo e a atenção dos adultos. Daísa diz, aliás, que é assim que ela age quando está sozinha com a menina. Segundo ela, a estratégia funciona: enquanto na presença dos pais Ada começa a chorar tão logo deixe de estar recebendo a atenção de ao menos um dos dois, em companhia da empregada a menina já teria

se acostumado a buscar o que fazer sozinha ao ver Daísa ocupada com outras coisas. “Mas se eu tivesse que ficar todo tempo só reparando a Ada, eu não fazia mais nada! Mas quando... A gente não pode viver assim só voltado pra criança, pode não.”

Brincando com o efeito de contraste, poderíamos dizer que o ideal da educação no Tapajós é termo a termo oposto àquele dos defensores dos direitos das crianças espelhado no refrão de uma canção infantil do grupo Palavra Cantada, muito apreciado por Alexandre e Raquel: “Criança não trabalha, criança dá trabalho.” No Tapajós, as crianças devem contribuir para as atividades produtivas e nas tarefas domésticas dos pais. E devem também aprender a lhes dar tanto menos trabalho quanto possível.

A maneira com que Alexandre e Raquel tratam sua filha também incomodou uma outra moradora da vila, dona Erinalda (67 anos), vizinha do jovem casal, a ponto desta senhora ter tomado a iniciativa de ir falar com Raquel. Daísa, que as ouviu, me contou a conversa, misturando o que teria dito dona Erinalda com suas próprias opiniões:

Porque ela [dona Erinalda] falou bem assim: “Sabe, dona menina, não presta, não, a gente agradar muito uma criança. Eu lhe digo, a senhora não pode fazer, tratar assim a sua filha de elogio o tempo todo. Eu tô lá em casa e eu escuto todo tempo vocês ‘muito bem, Adinha!’ e ‘que lindo isso’, ‘que bonito aquilo’. Mas... a menina vai pensar que ela não precisa nunca fazer um esforço, que tudo que ela faz já tá bom demais!” E não é, Chantal? Eu acho que ela tem muita razão, Deus o livre.

Vimos, sobretudo nos capítulos 3 e 4, que a modalidade de aprendizagem no Tapajós estimula concretamente a iniciativa e o esforço dos aprendizes. Os adultos da região, porém, não costumam fazer isso de forma deliberada, intencional. Em nenhum momento eles me disseram ou deram a entender que agiam voluntariamente *para* que a criança desenvolva o senso de iniciati-

va ou o gosto pelo esforço. A aquisição desses comportamentos é, antes, uma consequência de como as coisas desenrolam-se na prática. Entretanto, confrontada com práticas educativas que lhe pareciam induzir o hábito inverso na criança, dona Erinalda acabou expressando aquilo que não costuma ser dito no cotidiano. “A criança que acha que tudo que ela faz é bonito é uma criança tola”, conclui dona Erinalda, alguns dias depois da visita a Raquel, quando eu a procurei para conversar sobre o assunto.

“GARANTIR” E NÃO SER “TOLO”

Dona Erinalda não é a única a falar do risco de deixar as crianças “tolas”. No Tapajós, o termo “tolo” é utilizado num sentido um pouco diferente daquele de suas primeiras acepções no dicionário (pessoa idiota, burra), embora permaneça o sentido pejorativo de uma pessoa desajustada socialmente. O termo costuma ser usado para designar crianças que fazem muitas bobagens (“malinagens”, “tolices”, justamente), crianças desobedientes, e se aplica também a qualquer pessoa (criança ou adulto) considerada arrogante, cheia de si, “que se acha”. “Ah, mas ele é muito tolo aquele Gederson. Pra tudo ele diz que tem uma resposta”, comenta dona Risomar (72 anos) sobre seu genro Gederson (43 anos). Quando uma mãe fala carinhosamente ou brinca com seu bebê em público, num barco de linha por exemplo, não é raro ouvir alguma outra mulher que se encontre próxima dizer em tom de brincadeira: “Ah, mas ele vai ficar muito tolo, esse menino...” Para dona Erinalda, uma educação pontuada de elogios constantes teria por consequência produzir uma pessoa “tola”.

Nesse sentido, é interessante notar que o próprio termo “garantir” pode ganhar uma conotação negativa, quando a pessoa se torna “muito garantida”, o que tem um sentido próximo de “tola”, embora não tão forte. Na casa onde ficava hospedada em Parauá, Lidiana, a mãe, costumava dizer de Ana Paula (10 anos), em tom de reprovação, que ela era “já muito garantidinha”. Lidiana justificava a afir-

mação dizendo que “tudo ela se mete a fazer”. Se o termo “tolo” tem uma conotação somente negativa, o termo “garantido” é ambíguo. Mostrei ao longo do livro o quanto “garantir” numa determinada atividade é fonte de reconhecimento e prestígio. Mas deve-se tomar cuidado com o excesso, e a pessoa que “garante demais” corre o risco de se aproximar de um “tolo”, já que pode começar a considerar, rápido demais, que já sabe fazer de tudo. É uma questão de gradação: deve-se “garantir” sem ser “garantido” e, menos ainda, “tolo”.

Essas ideias retomam, sob outro ângulo, alguns princípios dos processos de aprendizagem que evoquei no decorrer do livro. Para aprender, as crianças no Tapajós devem tomar a iniciativa e não ficar esperando o convite ou o apoio dos adultos – e de quaisquer outras pessoas mais experientes do que elas. Na verdade, os habitantes do Tapajós partem do *princípio* de que o novato *não sabe*. Seja em que atividade for. E que, portanto, ele deve ficar de fora, só olhando, e começar a participar apenas quando provar ser capaz. Tentar se mostrar capaz “antes da hora”, se impor demais, seria ser “garantido”, ou pior, “tolo”.

À maneira de um exercício heurístico, para continuar refletindo sobre como se transmite e como se aprende no Tapajós, sugiro pensar que as situações de aprendizagem na região seguem um princípio geral que poderia ser comparado ao princípio jurídico da “presunção de inocência”. No Tapajós, haveria uma “presunção de não competência”. Enquanto a presunção de inocência é o princípio segundo o qual cada um é considerado inocente até que se prove o contrário, a presunção de não competência implica que cada um seja considerado como não competente até que ele mesmo prove o contrário. No princípio de inocência, o “ônus da prova” é de quem acusa; já aqui, cabe a cada um provar que é competente. E aquele que não aprende a esforçar-se para fazê-lo, ou, mais exatamente, aquele que acha que já é competente antes de ter feito tal esforço, torna-se um “tolo”.

Dona Erinalda sentiu-se incomodada pela atitude de Raquel, que agia como se partisse do princípio de que tudo que Ada fi-

zesse era “bom”, “bonito”, “interessante”. Era como se a mãe da menina subscrevesse a uma “presunção de competência”, quando, pelo bem de Ada, segundo dona Erinalda, e a grande maioria dos moradores do Tapajós, a mãe deveria fazer exatamente o contrário.

No Tapajós, para poder participar de uma determinada atividade, a pessoa deve ter provado ser capaz de realizá-la bem, deve mostrar que “garante”. Vimos que as crianças participam de boa parte das atividades conduzidas pelos adultos e que estes reconhecem que existe uma dimensão educativa na sua participação, considerada como “ajuda”. Mas essa participação está longe de ser estimulada. As pessoas que estão na posição de aprendizes se veem muitas vezes afastadas da realização da atividade, e são colocadas no lugar de observadores – isso quando a sua presença nessa condição não atrapalha o desenrolar da atividade em questão. A participação é, portanto, ao mesmo tempo esperada e valorizada (“esses filhos são bons demais, ajudam em tudo”) e sujeita a condições (“eles não vêm [acompanhar o pai], porque só, a pescaria rende mais”). A ajuda é enaltecida *a posteriori*, mas não é encorajada *a priori*. Para poder ajudar, não basta ter boas intenções, é preciso “garantir”. “Garantir” sem se tornar “muito garantido”, ou seja, sabendo que nada deve ser considerado fácil, ou ganho de antemão.

Essa engrenagem da modalidade de aprendizagem local tem por consequência produzir aprendizes que não são “tolos” (no sentido local), que sabem que devem tomar a iniciativa e que a responsabilidade de aprender é sua. Aprendizes que sabem que não devem esperar explicações ou apoio dos mais experientes; que sabem que o que fazem não é, via de regra, bom ou correto, e que, para conseguir justamente fazer o que é considerado como bom ou correto pelos mais experientes, devem se esforçar consideravelmente, provar que são competentes. Assim, agir de acordo com uma “presunção de não competência”, mesmo que as ações não sejam estrategicamente pensadas dessa maneira, previne, concretamente, contra a “tolice”.

Ao aprenderem sem ou com pouca ajuda das pessoas mais experientes, os novatos do Tapajós aguçam sua capacidade de observação e de escuta. Não ser “tolo” é desenvolver o hábito, acostumar-se a ter olhos e ouvidos abertos, atentos. É aprender a tirar o máximo possível desses sentidos, guardando, assim, uma postura discreta frente às pessoas mais experientes. Ao invés de fazer perguntas, aqueles que estão na posição de aprendizes observam e escutam. E, ao invés de guiar, explicar ou apoiar, os mais experientes são ríspidos e pouco solícitos. Os novatos aprendem então, pouco a pouco, qual o momento adequado para começar a agir. Sozinhos ou na companhia de pares (pessoas com um nível de competência próximo ao seu), esse momento chega antes. Mas, para mostrar a essas pessoas mais experientes um tanto ranzinhas que já sabem fazer alguma coisa, é preciso sentir que “garantem” fazê-la.

Essa postura discreta, quase receosa, dos aprendizes diante dos mais experientes é também aquela que todos os moradores devem ter em face dos “espíritos da natureza”, os “verdadeiros donos” dos lugares que frequentam. Mostrei que há uma analogia possível entre esses donos espirituais dos lugares e os donos humanos dos saberes. Ambos apenas toleram a presença daqueles que buscam apropriar-se do que lhes “pertence”, mas são, ao mesmo tempo, indispensáveis para garantir o acesso a esses recursos desejados. A analogia pode ser estendida às atividades: caça (simbolizando o conjunto de atos de apropriação de recursos naturais) e aprendizagem. Sugeri que há um fundo comum de valores e disposições nessas duas atividades “de captura”, da maneira como elas são pensadas e praticadas no Tapajós. As regras que as presidem são similares.

No caso das pessoas mais experientes, os donos do saber, essa postura um tanto desabusada não deve absolutamente ser vista como simples má vontade em relação aos novatos. Ela é, a meu ver, uma peça-chave da gramática relacional da região. Aprender *apesar* ensina jeitos de ser e de agir que são condições

de pertencimento às comunidades da região. Ensina a tomar à frente com discrição e a saber lidar com o humor sarcástico tão apreciado por todos. Ensina a não esperar ajuda dos mais experientes e a fazer o esforço de capturar saberes e habilidades, obtendo, assim, o reconhecimento e prestígio que decorrem do fato de “garantir” uma boa performance. Ensina, antes de mais nada, que seu lugar não está dado, mas tem que ser conquistado. E que não saber é a regra. Até que se prove o contrário.